



CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.  
COMPANHIA ABERTA  
CNPJ 06.981.180/0001-16 – NIRE 31300020568

## ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

### CONVOCAÇÃO

Fica a acionista Companhia Energética de Minas Gerais convocada para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 27 de abril de 2012, às 15 horas, na Av. Barbacena, 1200, 17º andar, ala A1, nesta cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberar-se sobre as seguintes matérias:

- a) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, bem como dos respectivos documentos complementares;
- b) destinação do lucro líquido do exercício de 2011, no montante de R\$719.971 mil;
- c) definição da forma e data do pagamento dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio, no montante de R\$683.972 mil;
- d) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, se houver alteração na composição do Conselho de Administração da CEMIG;
- e) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato.

Belo Horizonte 15 de março de 2012.

Dorothea Fonseca Furquim Werneck  
Presidente do Conselho de Administração

**PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A REALIZAR-SE ATÉ 30 DE ABRIL DE 2012.**

À Acionista Companhia Energética de Minas Gerais:

O Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A.:

Considerando o artigo 192 da Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores atualizações, os artigos 20 a 24 do Estatuto Social, e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2011, com apresentação de lucro líquido de R\$719.971 mil, e que compete ao Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro da Companhia;

vem propor que, ao lucro líquido do exercício de 2011, no montante indicado, seja dada a seguinte destinação:

- 1) R\$35.999 mil, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea “a” do parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social;
  
- 2) R\$683.972 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos, sendo:
  - a) R\$142.613 mil na forma de Juros sobre o Capital Próprio - JCP, como a seguir: R\$106.177 mil, conforme CRCA-058/2011, de 28-09-2011; e, R\$36.436 mil, conforme CRCA-081/2011, de 16-12-2011;
  - b) R\$297.794 mil na forma de dividendos intermediários, a título de antecipação parcial do dividendo mínimo obrigatório de 2011, conforme CRCA-093/2011, de 28-12-2011;
  - c) R\$243.565 mil na forma de dividendos complementares de 2011, fazendo jus todos os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 27-04-2012.

Os pagamentos dos dividendos complementares de 2011 serão realizados em duas parcelas, 50% até 30-06-2012 e 50% até 30-12-2012, que poderão ser antecipados, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva.

O Anexo 1 resume o cálculo dos dividendos propostos pela Administração, em conformidade com o Estatuto Social.

Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses dos acionistas e da Empresa, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada pelos senhores acionistas.

Belo Horizonte, 15 de março de 2012.

Dorothea Fonseca Furquim Werneck-Presidente

Guy Maria Villela Paschoal-Membro

Djalma Bastos de Moraes-Vice-Presidente

João Camilo Penna-Membro

Antônio Adriano Silva-Membro

Joaquim Francisco de Castro Neto-Membro

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz-Membro

Paulo Roberto Reckziegel Guedes-Membro

Eduardo Borges de Andrade-Membro

Saulo Alves Pereira Junior-Membro

Francelino Pereira dos Santos-Membro

Fernando Henrique Schüffner Neto - Membro

**Anexo 1**

**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2011 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA À SER REALIZADA ATÉ O DIA 30/04/2012.**

**DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS  
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A**

	<b>31/12/2011 R\$ mil</b>
<b>Dividendos Obrigatórios</b>	
Lucro Líquido do Exercício	719.971
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	359.985
<b>Dividendos Propostos-</b>	
Juros sobre Capital Próprio	142.613
Dividendos Intercalares	297.794
Dividendos Complementares	243.565
Total	<u>683.972</u>
<b>Dividendos por lote de mil ações - R\$</b>	
Dividendo Estatutário	159,14
Dividendos Propostos	<u>302,38</u>

## Anexo 2

### **Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, exigidos pelo item 10 do Formulário de Referência, em cumprimento ao art. 9º, III da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.**

**10.1** Os diretores devem comentar:

#### **a. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Os Diretores da Companhia sustentam que encerraram o ano de 2011 com a certeza de terem vencido os grandes desafios que se apresentaram durante o ano, relacionados à melhoria da sua lucratividade, o expressivo programa de investimentos e a manutenção da qualidade no atendimento em um final de ano especialmente marcado pelas fortes chuvas.

Primeiramente, os Diretores da Companhia ressaltam a melhoria expressiva do desempenho operacional. Foi atingido um lucro em 2011 de R\$720 milhões na comparação ao lucro de R\$441 milhões no ano anterior, um aumento de 63,27%. Essa mesma melhoria pode ser verificada nos demais indicadores de desempenho. Como destaque, a geração de caixa, medida pelo Lajida, R\$1.613 milhões em 2011 em comparação a R\$1.177 milhões em 2010, um aumento de 37,04%, um resultado importante para a garantia da execução do nosso programa de investimentos e distribuição de dividendos ao nosso acionista.

Os Diretores da Companhia apontam o desafio neste ciclo tarifário, no período de 2008 a 2013, de executar um relevante programa de investimentos, próximo a R\$4 bilhões de Reais, que certamente contribuirá de forma significativa para a melhoria da performance da qualidade de fornecimento de energia elétrica e na redução das perdas técnicas e comerciais.

Os Diretores da Companhia reafirmam que continuam a investir na continuidade do Programa Luz para Todos. Somente em 2011 foram mais de R\$462 milhões investidos e ligados mais 44 mil novos consumidores. Desde o início do Programa já foram ligados mais de 285 mil novos consumidores, beneficiando cerca de 1,5 milhão de pessoas.

Os Diretores da Companhia consideram que os indicadores de qualidade apresentaram comportamentos distintos em relação a 2010. A duração das interrupções de energia foi superior ao ano anterior, mas deve ser levado em conta que uma parcela desse aumento deve-se às interrupções necessárias para a execução do nosso programa de investimentos. Além do mais, a ocorrência de chuvas no último trimestre de 2011 foi atípica, muito acima da média histórica. Diante dessa situação extraordinária, os Diretores da Companhia consideram que o sistema elétrico da Companhia se comportou de forma adequada, com o fornecimento de energia com padrão de qualidade apesar de todas as dificuldades.

No que se refere à redução dos custos, em função dos novos parâmetros regulatórios previstos para os próximos ciclos tarifários, a busca da eficiência operacional é de vital importância para garantir

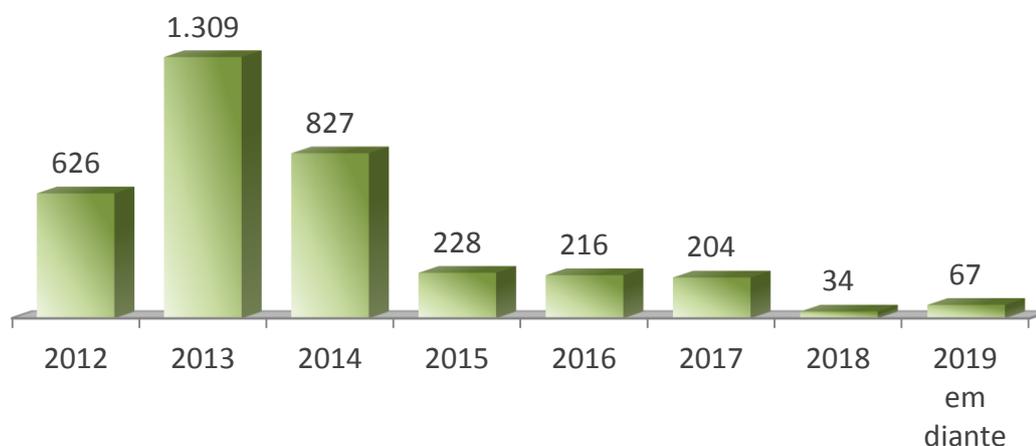
a sustentabilidade das nossas operações. Dessa forma, a Companhia vem realizando contínuas melhorias e alterações em seus processos que possam garantir a maior eficiência operacional.

Os Diretores da Companhia sustentam que a liquidez da empresa é adequada, dada a posição de caixa no nível de R\$527 milhões em 31 de dezembro de 2011. O caixa montava R\$503 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$246 milhões em 31 de dezembro de 2009. Ademais, os Diretores da Companhia destacam a relativa estabilidade do fluxo de caixa advinda da diversificação dos clientes da distribuidora.

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2011, por um endividamento de R\$3,5 bilhões, sendo 18% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 82% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2010, a estrutura de capital da Companhia contemplava um endividamento de aproximadamente R\$3,1 bilhões, sendo 13% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 87% representado por dívidas de longo prazo. Já em 31 de dezembro de 2009, havia um endividamento de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões, sendo 16% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 84% representado por dívidas de longo prazo. Em vista disso, o endividamento da Companhia tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, tem seu cronograma de amortizações satisfatoriamente escalonado ao longo dos anos, com prazo médio de 2,8 anos, embora haja uma concentração de dívida vencendo em 2013, conforme gráfico abaixo, o que não representa risco de refinanciamento dado o acesso resiliente da empresa ao mercado de capitais local. Nos demais anos, os pagamentos são de até R\$800 milhões, aproximadamente, refletindo o esforço empreendido pela Companhia no alongamento do perfil da sua dívida.

**Cronograma de Amortizações da Dívida**  
**Posicionamento em Dezembro/2011 (R\$ milhões)**



O custo médio da dívida da Companhia tem se mantido em níveis adequados ao longo dos anos (7,71% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2011, e 7,35% ao ano, em 31 de dezembro de 2010), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI

– Depósito Interfinanceiro (“CDI”). Em 31 de dezembro de 2011, os principais indexadores das dívidas da Companhia são: CDI (40% do total), IPCA (14% do total) e RGR (12% do total). A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia, destacada pela posição bastante confortável em relação aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

	2011	31 de dezembro de	
		2010	2009
EBITDA / Juros	5,38	4,52	4,48
Dívida Líquida / EBITDA	1,85	2,16	2,20
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	53%	52%	47%

Fonte: Companhia

#### **b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (Patrimônio Líquido mais dívida líquida). O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$2.656 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$2.984 milhões. Já em 31 de dezembro de 2010, era de R\$2.377 milhões e de R\$2.547 milhões, respectivamente, e em 31 de dezembro de 2009 era de R\$2.095 milhões e de R\$2.370 milhões, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido mais dívida líquida) tem se situado em níveis adequados, sendo 53% em 31 de dezembro de 2011, 52% em 31 de dezembro de 2010 e 47% em 31 de dezembro de 2009.

- i) hipóteses de resgate;**
- ii) fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

#### **c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia. Até 31 de dezembro de 2011, foram gerados pelas atividades operacionais o expressivo montante de R\$1.269 milhões de disponibilidades. Em 2010, foram gerados R\$1.025 milhões de disponibilidades, enquanto que em 2009 foram gerados R\$1.110 milhões.

O caixa da Companhia era de R\$527 milhões em 31 de dezembro de 2011, R\$503 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$246 milhões em 31 de dezembro de 2009.

Por outro lado, a dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$2.984 milhões, em 31 de dezembro de 2010 era de R\$2.547 milhões e em 31 de dezembro de 2009 a dívida líquida era de R\$2.370 milhões. Os indicadores de 2011, 2010 e 2009 indicam que cerca de

2 anos de geração de caixa operacional (EBITDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor. Tais índices trazem conforto para a Administração e para os investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a dívida total está perfeitamente escalonada ao longo dos anos, embora haja uma concentração de dívida vencendo em 2013, o que não representa risco de refinanciamento. Há que se destacar que a Companhia tem sido bem sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinar sua dívida. Exemplo disso foram as seguintes emissões de títulos:

- 1ª emissão de debêntures simples, em 01/06/2006, no valor de R\$250,5 milhões destinados à permuta da 1ª emissão de debêntures da CEMIG
- 1ª emissão Notas Promissórias, em 27/07/2006, no valor de R\$300 milhões destinados à recomposição de caixa referente às dívidas vencidas desde janeiro/2006 e o pagamento de dívidas vincendas no restante do ano;
- 2ª emissão Notas Promissórias, em 02/01/2007, no valor de R\$200 milhões destinados a recomposição do caixa da Companhia utilizado nos pagamentos de dívidas ocorridos a partir de agosto/2006 até o recebimento dos recursos e ao pagamento das dívidas vincendas até o final do ano;
- 3ª emissão Notas Promissórias, em 12/06/2007, no valor de R\$400 milhões destinados para (i) recomposição do caixa utilizado nos pagamentos de principal de dívidas da Companhia, pagamentos estes ocorridos entre janeiro de 2007 e a data da liberação dos recursos, estimados em R\$297 milhões, dos quais se destaca o pagamento do principal da 2ª Emissão de Notas Promissórias, no valor de R\$200 milhões; e (ii) pagamento de principal das dívidas vincendas até o final do ano, limitado a R\$103 milhões;
- 2ª emissão de debêntures simples, em 12/12/2007, no valor de R\$400 milhões destinados ao pagamento parcial do saldo devedor remanescente das notas promissórias emitidas no âmbito da 3ª emissão pública de notas promissórias da Companhia;
- 4ª emissão Notas Promissórias, em 28/12/2011, no valor de R\$100 milhões destinados à reforço de capital de giro.

O passivo circulante era de R\$2.605 milhões em 31 de dezembro de 2011, R\$2.405 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$3.792 milhões em 31 de dezembro de 2009. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos, fornecedores, impostos e encargos regulatórios.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem alta capacidade de pagamento em relação aos seus compromissos financeiros, mantendo o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e também garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

#### **d. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes Utilizadas**

A Cemig D recorreu ao mercado de capitais ao final de 2011, emitindo R\$100 milhões em Notas Promissórias para reforço de capital de giro. Ao longo do ano, foram captados outros R\$410 milhões em empréstimos e mais R\$116 milhões em financiamentos da Eletrobrás para o Programa Reluz, Programa Cresce Minas e Programa Luz para Todos. Além disso, a empresa contou com R\$291 milhões em recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE e do Estado de Minas Gerais) e de subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda com os recursos da CODEMIG para o Centro Administrativo.

Em 2010, foram captados R\$904 milhões na Cemig Distribuição S.A., sendo R\$370 milhões através de operações de empréstimo garantido por duplicatas de venda de energia, R\$279 milhões através de rolagem de dívidas bancárias, R\$66 milhões através de financiamentos da Eletrobrás para o Programa Reluz, Programa Cresce Minas e Programa Luz para Todos e R\$189 milhões por meio de recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE), dos convênios para o Pólo de Citricultura e o Planoroeste e da subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda.

Em 2009, foram captados R\$119 milhões na Cemig D, sendo R\$91 milhões através de operações de rolagem de dívidas bancárias, no âmbito da Resolução 2827 do BACEN, e R\$28 milhões através de financiamentos da Eletrobrás, para o Programa Reluz. Além disso, foram prorrogados vencimentos de dívidas, no montante de R\$56 milhões, através de aditivos a contratos existentes.

#### **e. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes que Pretende Utilizar para Cobertura de deficiências de Liquidez**

Deve-se atentar para o fato de ser a Companhia uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (*debêntures*, *commercial papers*, *eurobonds*, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos de órgãos de fomento; e

- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

#### *Diretrizes para a captação de recursos de terceiros*

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- *Aproveitar as condições favoráveis de mercado.* Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- *Manter alongado o cronograma de amortização da dívida.* Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.
- *Reduzir o custo financeiro.* Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados;
- *Otimizar a exposição à moeda estrangeira.* Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A CEMIG, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de *hedge* não represente risco financeiro material para a Companhia.

- *Manter coerência com o Plano Diretor da CEMIG.* A CEMIG tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no bojo do Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: Dívida / EBITDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros. A Companhia contribui para a manutenção dos indicadores dentro dos limites.
- *Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de rating e dos credores.* Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), órgão regulador das atividades da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da transmissão.

#### **f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$3,51 bilhões, sendo R\$2,98 bilhões a dívida líquida. Já em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$3,05 bilhões, sendo R\$2,55 bilhões a dívida líquida, e em 31 de dezembro de 2009, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 2,62 bilhões, sendo R\$2,37 bilhões a dívida líquida.

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia:

		31 de dezembro de	
	2011	2010	2009
Endividamento do Patrimônio Líquido	3,04	3,04	3,13
Dívida Líquida / EBITDA	1,85	2,16	2,20
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	53%	52%	47%

Fonte: Companhia

#### **i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes**

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte, em 31 de dezembro de 2011 (valores expressos em R\$ mil):

Financiadores	2011					
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>						
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6	USD	23.541	23.448	46.989
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	7.481	27.345	34.826
KFW	2016	4,5	EUR	1.605	6.422	8.027
Dívida em Moeda Estrangeira				32.627	57.215	89.842
<b>MOEDA NACIONAL</b>						
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	5.628	5.000	10.628
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	8.050	96.000	104.050
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	106.220	200.000	306.220
Banco do Brasil S.A. (4)	2013	10,83 *	R\$	-	713.255	713.255
Banco do Brasil S.A. (4)	2013	11,58**	R\$	(4.576)	(1.883)	(6.459)
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	99.114	-	99.114
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5% do CDI *	R\$	-	442.528	442.528
Banco do Brasil S.A. (4)	2014	0,64 ***	R\$	(2.603)	(3.288)	(5.891)
Banco do Brasil S.A. (4)	2012	106% do CDI *	R\$	100.086	-	100.086
Banco do Brasil S.A. (4)	2012	0,32 ***	R\$	(307)	-	(307)
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	36.268	35.506	71.774
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.219	1.736	2.955
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	27.256	24.554	51.810
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	68.039	60.217	128.256
Debêntures (3)	2017	IPCA+7,96	R\$	1.678	500.970	502.648
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	21.087	351.610	372.697
ELETRORÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	73.506	354.732	428.238
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	4.342	2.024	6.366
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.622	12.490	25.112
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	35.744	32.556	68.300
Dívida Referente a Moeda Nacional				593.373	2.828.007	3.421.380
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>626.000</b>	<b>2.885.222</b>	<b>3.511.222</b>

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.

(2) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.

(3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(4) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08

a. \*Taxa Contratual.

b. \*\* Taxa interna de retorno, incluindo o custo de transação.

c. \*\*\* Taxa equivalente

Não há contratos relevantes em moeda estrangeira. Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 31 de dezembro de 2011:

#### I - Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.257

Em novembro de 2004, a CEMIG e o Banco do Brasil S.A. firmaram um contrato de empréstimo destinados à rolagem de dívida no valor de R\$104,8 milhões. Em decorrência da desverticalização da CEMIG, 49,44% do respectivo saldo devedor foi alocado na CEMIG D por meio do

Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a CEMIG D, a CEMIG (na qualidade de avalista) e o Banco do Brasil S.A. Os juros incidentes sobre a operação foram de 111% da variação do CDI e o respectivo vencimento se deu em novembro de 2009, quando foi aditivado sendo o vencimento final prorrogado para novembro de 2012 e os juros incidentes sobre a operação passaram a ser de 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, foi celebrado o 2º aditivo a esse contrato, rolando a parcela vencida em 2010 por mais 2 anos, alterando a taxa de juros de 110% para 109,80% da variação do CDI. O saldo devedor 31 de dezembro de 2011 era de R\$35,1 milhões.

## II - Contrato de Abertura de Crédito Fixo 330.800.306

Em 2 de maio de 2005, a CEMIG D e o Banco do Brasil firmaram um contrato de abertura de crédito fixo no valor de R\$96,0 milhões, com vencimento previsto para 21 de março de 2013. Sobre o valor principal, incidem juros de 107,6% da variação do CDI. Esse contrato possui as hipóteses usuais de vencimento antecipado e tem como devedor solidário a CEMIG, que também avalizou a nota promissória dada em garantia. O saldo devedor desse contrato, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$104 milhões.

## III - Cédulas de Crédito Bancário nos 330.800.377 e 330.800.379

Em outubro de 2006, a CEMIG D emitiu, a favor do Banco do Brasil S.A., duas Cédulas de Crédito Bancário no valor de R\$90 milhões cada uma, cujos recursos foram destinados à rolagem de dívida. Essas Cédulas, cujos termos e condições são idênticos, contaram com aval da CEMIG. Os encargos incidentes foram a 104,10% do CDI e a amortização se dará em outubro de 2014. O saldo devedor total dessas CCBs em 31 de dezembro de 2011 era de R\$183,7 milhões.

## IV - Cédula de Crédito Comercial 20/04620-0 e Cédula de Crédito Comercial 20/04619-7

Em maio de 2010, a Cemig D realizou com o Banco do Brasil uma operação de crédito na modalidade de crédito agroindustrial, amparada pelo Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil – Capítulo 6 (Recursos) – Seção 4 (Poupança Rural), no valor de R\$600 milhões, a uma taxa pré-fixada de 11,43% a.a, com vencimento em maio de 2013. Foram emitidas 2 Cédulas de Crédito Comercial no valor de R\$370,0 milhões e de R\$230,0 milhões, com garantia por duplicata e aval da Holding, respectivamente. O saldo devedor total dessas Cédulas em 31 de dezembro de 2011 era de R\$706,8 milhões.

## V - Cédula de Crédito Comercial 20/04724-X e Cédula de Crédito Comercial 20/04723-1

Em abril de 2011, a Cemig D realizou com o Banco do Brasil uma operação de crédito na modalidade de crédito agroindustrial, amparada pelo Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil – Capítulo 6 (Recursos) – Seção 4 (Poupança Rural), no valor de R\$410 milhões, a uma taxa equivalente a 98,5% do CDI, com vencimento em abril de 2014. Foram emitidas 2 Cédulas de Crédito Comercial no valor de R\$210,0 milhões e de R\$200,0 milhões, com garantia por duplicata

e aval da Holding, respectivamente. O saldo devedor total dessas Cédulas em 31 de dezembro de 2011 era de R\$436,6 milhões.

## VI - BRADESCO

Em junho de 2004, a CEMIG D e o Banco Brasileiro de Descontos – Bradesco, celebraram um Instrumento Particular de Financiamento com Taxa Flutuante, no valor de R\$123,1 milhões, garantido por Nota Promissória, com vencimento em junho/2005. Sobre o valor principal incidem juros compreendendo a variação do CDI mais spread de 1,7% a.a.. Com o evento da desverticalização da CEMIG, os direitos e obrigações desse contrato foram cedidos para a CEMIG D, tendo como garantia o aval da CEMIG e a emissão de Nota Promissória. Esse Instrumento foi aditado, prorrogando o vencimento do principal da seguinte forma: 25% em junho de 2010, 25% em junho de 2011, 25% em junho de 2012 e 25% de junho de 2013. O saldo devedor desse empréstimo em 31 dezembro de 2011 era de R\$66,1 milhões.

## VII - Eletrobrás

O Programa Luz para Todos, um programa do Governo Federal que visa à Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica no Campo, é um dos Projetos Estruturadores do Governo de Minas Gerais e está em implantação pela CEMIG D. O programa foi instituído com o objetivo de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas na área rural do Brasil. No âmbito desse Programa foram celebrados com a Eletrobrás os seguintes contratos de financiamento e concessão de subvenção, cuja garantia ofertada foi a vinculação da receita da Companhia:

- Contrato ECFS-001/2004

Em abril de 2004, no valor total de R\$192,6 milhões, sendo R\$ 88,5 provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$104,1 milhões da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado). Foram celebrados dois aditivo a esse contrato; um em janeiro de 2006, alterando a meta física e outro em janeiro de 2007, alterando o valor do financiamento para R\$92,0 milhões 5 provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$108,2 milhões da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado), perfazendo um total de R\$200,2 milhões. Sob esse contrato, foram liberadas 5 parcelas, perfazendo um total de R\$185,5 milhões, sendo R\$85,2 milhões, com recursos da RGR e R\$ 100,3 milhões, com recursos da CDE. Sobre o valor subvencionado (CDE) incide uma taxa de administração de 1% a.a. e sobre o valor financiado (RGR) incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% a.a, acrescidos 1% a.a. a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do termino da carência (agosto/2006), com vencimento final em agosto de 2016. O saldo devedor em dezembro de 2011 era de R\$41,5 milhões.

- Contrato ECFS-005/2005

Em abril de 2006, no valor total de R\$ 375,9 milhões, sendo R\$172,7 provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$203,2 provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado). Foram celebrados três aditivos a esse contrato: o primeiro, em julho de 2007, alterando o valor do contrato para R\$466,6, sendo 214,4 com recursos provenientes da RGR e 252,2, provenientes da CDE; o segundo, dezembro de 2008, alterando as cláusulas de disponibilização e de encerramento do crédito; o terceiro, em outubro de 2010, alterando o cronograma físico-financeiro, bem como a data de encerramento do crédito para 31/12/2010. Sob esse contrato, foram liberadas em 4 parcelas, perfazendo o valor total de R\$419,9 milhões, sendo R\$192,9, com recursos da RGR e R\$227,0 com recursos da CDE. Sobre o valor subvencionado (CDE) incide uma taxa de administração de 1% a.a. e sobre o valor financiado (RGR) incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% a.a, acrescidos 1% a.a. a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do termino da carência (junho/2008), com vencimento final em junho de 2018. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 era de R\$126,0 milhões.

- Contrato ECFS-277/2008

Em agosto de 2008, no valor total de R\$321,5 milhões, sendo R\$147,7 provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$173,8 provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado). Em agosto de 2010, foi celebrado um aditivo a esse contrato que, dentre outras modificações, alterou o valor proveniente da RGR para R\$188,3 milhões. Sob esse contrato, foram liberadas 2 parcelas totalizando 94,2 com recursos do RGR (valor financiado) e R\$110,8 milhões com recursos do CDE. Sobre o valor subvencionado (CDE) incide uma taxa de administração de 1% a.a. e sobre o valor financiado (RGR) incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% a.a, acrescidos 1% a.a. a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do termino da carência (outubro/2010), com vencimento final em novembro de 2020. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 era de R\$157,1 milhões.

#### VIII - Unibanco

Em agosto de 2005, a CEMIG D e o Unibanco celebraram o Contrato de Promessa de Concessão de Empréstimo nº 733, disponibilizando um valor de R\$925 milhões para a rolagem da dívida da companhia. Desse valor, foram utilizados R\$85,9 milhões, liberados em diversos desembolsos por meio de cartas de adesão. A respectiva amortização será efetuada nos vencimentos pactuados nas cartas de adesão, sendo que o vencimento final se dará em julho de 2013. Os encargos incidentes sobre o financiamento foram de 1,7% a.a. + 100% CDI e o saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 era de R\$44,4 milhões.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2010:

FINANCIADORES	2010						2009	01/01/2009
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Reclassificado Total	Reclassificado
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>								
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6,00	USD	20.942	41.655	62.597	87.205	117.025
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-	-	3.772
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-	-	10.299
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-	-	3.320
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	8.797	42.238	51.035	66.775	93.868
B.N.P. – Paribas	2010	Libor + 1,875	EUR	-	-	-	4.292	17.410
KFW	2016	4,5	EUR	1.470	7.347	8.817	11.577	17.087
UNIBANCO S.A (4)	-	-	-	-	-	-	-	4.796
UNIBANCO S.A (4)	-	-	-	-	-	-	-	11.297
<b>Dívida em Moeda Estrangeira</b>				<b>31.209</b>	<b>91.240</b>	<b>122.449</b>	<b>169.849</b>	<b>279.504</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>								
Banco do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	5.876	10.000	15.876	56.913	57.254
Banco do Brasil S.A	2013	107,60 do CDI	R\$	7.067	96.000	103.067	91.403	-
Banco do Brasil S.A	2014	104,1 do CDI	R\$	5.947	300.000	305.947	20.993	21.434
Banco do Brasil S.A	2013	10,83	R\$	36.953	593.541	630.494	102.079	104.835
Banco do Brasil S.A	2012	109,8 do CDI	R\$	50.782	97.889	148.671	304.752	307.426
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	38.477	66.217	104.694	138.529	141.197
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.270	2.605	3.875	3.880	3.968
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	25.508	49.107	74.615	99.272	99.771
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	-	-	-	29.270	29.283
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	71.057	120.434	191.491	253.126	258.554
Debêntures (5)	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.720	470.613	472.333	318.699	324.641
Debêntures (5)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	20.198	334.440	354.638	445.946	427.784
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	61.997	311.368	373.365	353.341	369.632
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	3.184	2.707	5.891	5.393	5.301
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.693	24.979	37.672	50.184	50.291
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	36.805	65.112	101.917	134.874	136.647
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	R\$	-	-	-	37.851	104.950
Outros	2010	Diversas	R\$	-	-	-	65	196
<b>Dívida em Moeda Nacional</b>				<b>379.534</b>	<b>2.545.012</b>	<b>2.924.546</b>	<b>2.446.570</b>	<b>2.443.164</b>
<b>Total Geral</b>				<b>410.743</b>	<b>2.636.252</b>	<b>3.046.995</b>	<b>2.616.419</b>	<b>2.722.668</b>

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.

(2) a (4) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (2) CDI + 2,00% a.a.; (3) CDI + 2,12% a.a.; e (4) CDI + 3,01% a.a.

(5) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2009:

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado 31/12/2009		
				Circulante	Não Circulante	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>						
ABN AMRO Bank (2)	2013	6,00	USD	21.910	65.295	87.205
ABN AMRO Bank (3)	2009	6,35	USD	-	-	-
Banco do Brasil S.A - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	9.286	57.489	66.775
BNP- Paribas	2010	Libor + 1,875	USD	4.292	-	4.292
KFW	2016	4,5	EUR	1.654	9.923	11.577
UNIBANCO (4)	2009	5,5	USD	-	-	-
UNIBANCO (4)	2009	5,00	USD	-	-	-
<b>Dívida referente a Moeda Estrangeira</b>				<b>37.142</b>	<b>132.707</b>	<b>169.849</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>						
Banco do Brasil S.A	2012	110,00 do CDI	R\$	19.461	37.452	56.913
Banco do Brasil S.A	2012	110,00 do CDI	R\$	30.966	60.437	91.403
Banco do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	5.992	15.001	20.993

Banco do Brasil S.A	2013	107,60 do CDI	R\$	6.079	96.000	102.079
Banco do Brasil S.A	2014	104,1 do CDI	R\$	4.752	300.000	304.752
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	39.204	99.325	138.529
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	407	3.473	3.880
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	29.270	-	29.270
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	25.611	73.661	99.272
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	72.474	180.652	253.126
Debêntures (5)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	18.151	300.548	318.699
Debêntures (5)	2017	IPCA+7,96	R\$	1.488	444.458	445.946
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	45.529	307.812	353.341
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	2.870	2.523	5.393
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.715	37.469	50.184
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	37.207	97.667	134.874
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR+7,30	R\$	37.851	-	37.851
FINEP	2010	URTJ + 4,00	R\$	65	-	65
<b>Dívida referente a Moeda</b>						
<b>Nacional</b>				<b>390.092</b>	<b>2.056.478</b>	<b>2.446.570</b>
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>427.234</b>	<b>2.189.185</b>	<b>2.616.419</b>

## ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

## iii . Grau de Subordinação da Dívida

Cerca de 52% da dívida da Companhia contam com garantia corporativa da empresa *holding* CEMIG e cerca de 32% da dívida é garantido por recebíveis da empresa.

## iv. Restrições impostas à Companhia

Em alguns contratos financeiros firmados com o Banco ItaúBBA e ABN (Santander), há covenants financeiros que restringem o endividamento da empresa, conforme demonstrado a seguir:

Banco ItaúBBA:

Ebitda/Despesas financeiras líquidas:	maior ou igual a 2,8
Dívida/(patr.liq.+dívida):	menor ou igual a 53%
Dívida/Ebitda:	menor ou igual a 3,36
Dívida curto prazo/Ebitda:	menor ou igual a 90%
Investimento/Ebitda:	menor ou igual a 60%

Banco ABN (Santander):

Ebitda/Juros:	maior ou igual a 3
Dívida/Ebitda:	menor ou igual a 2,5

Há nos contratos financeiros da CEMIG D cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso a empresa esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que

comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

A emissão de títulos e valores mobiliários pela CEMIG D requer a autorização prévia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bem como dos agentes repassadores de seus financiamentos.

#### **g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Os financiamentos contratados pela Cemig D junto à Eletrobrás têm como limites de utilização a capacidade de comprovação da aplicação dos recursos nos prazos contratados.

#### **h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

*Principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2011 em relação a 2010:*

- Aumento de 30,62% nos ativos financeiros da concessão em função do Programa de Investimentos da Companhia em 2011
- Aumento de 29,69% nos depósitos vinculados a litígio em função do depósito judicial do PASEP/COFINS incidente sobre o ICMS. A companhia vem questionando judicialmente a questão, sendo os valores a pagar registrados na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições.
- Aumento de 15,24% na dívida com empréstimos e financiamentos da Companhia, no valor de R\$464 milhões, em função dos empréstimos obtidos em 2011 no valor de R\$626 milhões em comparação a amortização de financiamentos de R\$309 milhões.

*Principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2010 em relação a 2009:*

- Aumento de 17,57% nos ativos financeiros da concessão em função do Programa de Investimentos da Companhia em 2010
- Aumento de 53,27% nos depósitos vinculados a litígio em função do depósito judicial do PASEP/COFINS incidente sobre o ICMS. A companhia vem questionando judicialmente a questão, sendo os valores a pagar registrados na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições.
- Redução em 2010 do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no curto prazo, R\$411 milhões em 2010 comparados a R\$1.752 milhões em 2009. No ano de 2009 a Companhia não atendeu a determinadas cláusulas restritivas de seus contratos de empréstimos e financiamentos, sendo obtido o consentimento dos seus credores após a data de 31 de dezembro de 2009. Dessa forma, em atendimento as novas normas contábeis, todos os empréstimos com cláusulas restritivas foram transferido em 2009 do curto para o longo prazo e

reclassificados novamente para o longo prazo em 2010.

## 10.2 - Os diretores devem comentar:

### a) Resultados das operações do emissor:

#### Resultado do exercício de 2011 em comparação ao exercício de 2010

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2011, um lucro líquido de R\$720 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$441 milhões no exercício de 2010, representando um aumento de 63,27%.

#### Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2011	2010
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	9.910	9.218
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.821	1.640
Receita de Construção	1.175	786
Outras Receitas Operacionais	161	217
Impostos Incidentes sobre as Receitas Acima	(4.557)	(4.148)
	<b>8.510</b>	<b>7.713</b>

*Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos*

Os principais impactos na receita de 2011 decorreram dos seguintes fatores:

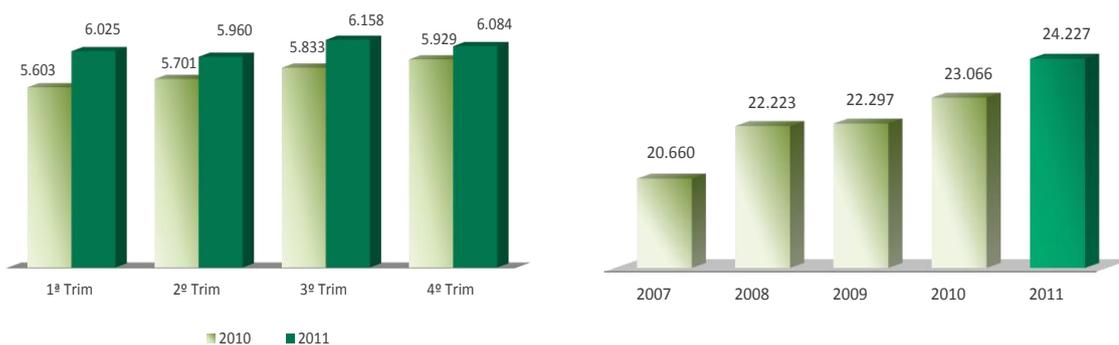
- aumento de 5,03% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010 (efeito integral em 2011);
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

#### **GWh faturados - consumidores finais**

Variação trimestral

Variação anual



O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:

### ■ Residencial

O consumo residencial representa 35,3% da energia vendida em 2011 e o crescimento de 5,1% no ano está associado à ligação de novas unidades consumidoras e ao incremento de consumo de bens e serviços pelas famílias em função de condições favoráveis da economia brasileira, com a manutenção do vigor do mercado de trabalho e o crescimento da massa salarial associados à expansão da oferta de crédito.

O consumo médio mensal por unidade residencial em 2011 foi de 122 kWh, com elevação de 2,6% em relação ao ano anterior.

### ■ Industrial

A energia utilizada pelos clientes cativos, correspondente a 19,5% do volume vendido em 2011, teve uma redução de 0,8% em relação a 2010. O principal fator que explica essa redução é a migração de consumidores cativos para a condição de livres em 2011.

### ■ Comercial e de Serviços

Esta classe representou 21,4% da energia vendida e cresceu 8,5% no ano de 2011, comportamento associado ao nível aquecido de demanda interna, ou seja, pelo consumo entre os vários setores econômicos e pelo consumo final das famílias e dos indivíduos.

Os ramos mais representativos desta classe apresentaram as seguintes taxas de crescimento em 2011: Comércio Varejista (10,5%), Comércio Atacadista (11,3%), Serviços de Comunicação (4,8%), Serviços de Alojamento e Alimentação (4,4%) e Serviços de Saúde (3,8%).

### ■ Rural

O consumo rural cresceu 7,2% em 2011, com a ligação de 120.881 propriedades rurais e o aumento da demanda de energia para irrigação em função de condições climáticas atípicas ao longo do ano, com baixos níveis de precipitação no período úmido e temperaturas acima da média esperada para o período seco.

## ■ Demais Classes

As demais classes – Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio, com participação de 13,0% da energia vendida, cresceram em conjunto 6,8% no ano de 2011.

### *Receita de Uso da Rede*

Essa receita refere-se à Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica – TUSD, advinda de transporte cobrado dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes na área de concessão da Companhia, principalmente, pela Cemig Geração e Transmissão. Essa receita apresentou um aumento de 11,04% (R\$1.821 milhões em 2011 comparados a R\$1.640 milhões em 2010). Esta variação decorre, principalmente, do aumento no volume transportado. Não ocorreu variação significativa na tarifa entre os períodos comparados, ocorrendo uma redução média de 0,09% na tarifa em abril de 2011.

### *Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita*

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$4.557 milhões em 2011 comparados a R\$4.148 milhões em 2010. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

#### Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$569 milhões no exercício de 2011 comparados a R\$435 milhões no exercício de 2010, representando um aumento de 30,80%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de resolução da ANEEL. Este resultado decorre, principalmente, da alteração na metodologia de cálculo do encargo, que passou a suprir a diferença entre o custo total da geração de energia nos sistemas isolados e o custo médio da energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

#### Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente à CDE foi de R\$392 milhões no exercício de 2011 comparados a R\$341 milhões no exercício de 2010, o que representa um aumento de 14,96%. A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Este resultado decorre da atualização da quota do exercício anterior em função do crescimento de mercado e da variação do IPCA no período base.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Desse modo, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

#### Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$7.281 milhões em 2011 comparados a R\$6.914 milhões em 2010, representando um aumento de 5,31%. Este resultado decorre principalmente dos aumentos nos Custos de Construção, Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão e dos Serviços Prestados por Terceiros, parcialmente compensados pelas reduções nas Participações de Empregados e Administradores no Resultado, nas aquisições de Materiais e nas constituições de Provisões Operacionais.

Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais, vide Nota Explicativa nº **Erro! Fonte de referência não encontrada.** das Demonstrações Contábeis de 2011.

Principais variações:

##### *Pessoal*

A despesa com Pessoal foi de R\$767 milhões em 2011 comparados a R\$759 milhões em 2010, representando uma redução de 1,05%. Este resultado decorre, principalmente, dos reajustes salariais ocorridos em nov/10 e nov/11, com impactos médios de 7% e 8,20% respectivamente. Em contrapartida ocorreu uma redução do número de empregados médios, que foi de 6.712 em 2011 e 7.105 em 2010, uma redução de 5,53%.

##### *Custo de Construção*

Os Custos de Construção foram de R\$1.175 milhões em 2011 comparados a R\$786 milhões em 2010, representando um aumento de 49,49%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

##### *Encargos de Uso da Rede de Transmissão*

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$672 milhões em 2011 comparados a R\$616 milhões em 2010, representando um aumento de 9,09%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### *Energia Elétrica Comprada para Revenda*

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.936 milhões em 2011 comparados a R\$2.925 milhões em 2010, representando um aumento de 0,38%. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis de 2011.

### *Serviços de Terceiros*

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$681 milhões em 2011 comparados a R\$642 milhões em 2010, representando um aumento de 6,07%. As principais variações decorrem do aumento nos custos de serviços de comunicação, conservação e limpeza de faixa, leitura de medidores e entrega de faturas de energia e podas de árvores, decorrente basicamente da atualização monetária dos contratos já existentes.

O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis de 2011.

### *Materiais*

A despesa com Materiais foi de R\$64 milhões em 2011 comparados a R\$99 milhões em 2010, representando uma redução de 35,35% em função da otimização da utilização dos materiais pela Companhia.

### *Provisões Operacionais*

As Provisões Operacionais foram de R\$161 milhões em 2011 comparados a R\$209 milhões em 2010, uma redução de 22,97%. Os principais fatores que afetam esta rubrica estão abaixo relacionados:

- Celebração em 2010 de acordo para encerrar Processo Judicial com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86, no valor de R\$178 milhões, provisionado em maio de 2010;
- Reversão de provisão em 2010 referente processo administrativo regulatório, no valor de R\$54 milhões, em função da baixa do processo pelo órgão regulador, que entendeu que a metodologia para cálculo das unidades consumidoras classificadas na subclasse residencial baixa renda precisava ser adaptada;
- Em 2011 ocorreu o incremento de R\$45 milhões nas provisões relativas às Relações de Consumo, em função das reavaliações realizadas pela área jurídica acerca das probabilidades de perdas;
- Aumento de R\$38 milhões na constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD em 2011, em função, principalmente, das reavaliações acerca

dos parcelamentos realizados para recuperação das dívidas de diversos consumidores.

Vide a composição das provisões operacionais na Nota Explicativa nº **Erro! Fonte de referência não encontrada.** das Demonstrações Contábeis de 2011.

#### *Participação de Empregados e Administradores no Resultado*

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$148 milhões em 2011 comparados a R\$236 milhões em 2010, representando uma redução de 37,29%.

Deve ser ressaltado que os valores registrados em 2010 estavam a maior em R\$39 milhões relativo à Participação Extraordinária no Resultado que foi prevista no Acordo Coletivo de Trabalho firmado em novembro de 2009.

#### *Outras Despesas Líquidas*

As Outras Despesas Líquidas somaram R\$205 milhões em 2011 comparadas a R\$186 milhões em 2010, o que representou um aumento de 10,22%. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento de 75,00% das despesas com Arrendamentos e Aluguéis, que foram de R\$63 milhões em 2011 comparados a R\$36 milhões em 2010, em função, principalmente, do aumento da frota de veículos alugados e da alteração no perfil da frota, sendo que em 2010 era composta por veículos de menor porte, e em 2011 foram firmados novos contratos de locação de veículos de maior porte, a um custo unitário maior.

#### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

Considerando as receitas e despesas apresentadas acima, o LAJIDA da Cemig Distribuição em 2011 apresentou um aumento de 37,04% na comparação com 2010. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresenta um aumento de 19,04%.

LAJIDA - R\$milhões	2011	2010	Var %
Resultado do Exercício	720	441	63,27
+ Despesa de IR e Contribuição Social	293	134	118,66
+ Resultado Financeiro	216	224	(3,57)
+ Amortização	384	378	1,59
<b>= LAJIDA</b>	<b>1.613</b>	<b>1.177</b>	<b>37,04</b>
Itens não recorrentes:			
+ Acordo com consumidor industrial	-	178	-
<b>= LAJIDA AJUSTADO</b>	<b>1.613</b>	<b>1.355</b>	<b>19,04</b>

O aumento do LAJIDA em 2011, em comparação ao mesmo período de 2010, deve-se principalmente ao aumento de 10,33% na receita na comparação ao aumento de 5,52% nos custos e despesas operacionais, excluindo despesa com amortização. Conseqüentemente, a margem do LAJIDA aumentou de 15,26% em 2010 para 18,95% em 2011.

O efeito não recorrente que impactou o LAJIDA de 2010 refere-se a reconhecimento de uma Despesa, no montante de R\$178 milhões, decorrente de acordo referente à ação ajuizada por consumidor industrial relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa

introduzido pelo Departamento Nacional de Aguas e Energia Elétrica (DNAEE) durante o Plano Cruzado.

### Receitas (Despesas) Financeiras

O Resultado Financeiro em 2011 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$216 milhões comparados a uma Despesa Financeira Líquida de R\$224 milhões em 2010. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro são como segue:

- Aumento na receita de Aplicações Financeiras, R\$73 milhões em 2011, comparados a R\$53 milhões em 2010, em função do maior volume de recursos aplicados em 2011.
- Redução na despesa com Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, R\$48 milhões em 2011, comparados a R\$60 milhões em 2010. Esta redução decorre principalmente da menor variação do IGP-M, um dos principais indexadores da dívida, que foi de 5,10% em 2011, comparado a um aumento de 11,32% em 2010.
- Aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional, que foi de R\$300 milhões em 2011, comparados a R\$260 milhões em 2010, devido, principalmente, à maior variação do CDI em 2011, principal indexador dos contratos de empréstimos e financiamentos.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº **Erro! Fonte de referência não encontrada.** das Demonstrações Contábeis de 2011.

### **Resultado do exercício de 2010 em comparação ao exercício de 2009**

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2010, um lucro líquido de R\$441 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$776 milhões no exercício de 2009, representando uma redução de 43,17%.

### Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2010	2009
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos	9.218	9.223
Receita de uso da rede – consumidores livres	1.640	1.196
Receita de Construção	786	608
Outras receitas operacionais	217	85
Impostos incidentes sobre as receitas acima	(4.148)	(3.810)
	<u>7.713</u>	<u>7.302</u>

*Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos*

Os principais impactos na receita de 2010 decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 3,45% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 6,21%, a partir de 8 de abril de 2009 (efeito integral em 2010);
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010;

O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:

□ **Residencial:**

O consumo residencial manteve-se em crescimento, com uma variação positiva de 4,63% em relação ao ano anterior. O consumo de energia desta classe está associado à ligação de novas unidades consumidoras e ao aumento do consumo final das famílias, em função das condições favoráveis da economia.

□ **Industrial:**

A energia consumida pelos clientes cativos e livres representa a maior parte da energia distribuída.

Contribuiu para as vendas desse mercado a expansão da atividade industrial, associada a:

- (i) crescimento das exportações em termos de volume e de valor monetário, este em virtude da elevação dos preços internacionais de matérias primas industriais (minério de ferro, níquel e ouro), de produtos agrícolas (café, açúcar e carne) e matérias primas semimanufaturadas;
- (ii) crescimento dos setores contemplados pela política governamental baseada em incentivos de isenção tributária, e
- (iii) expansão da produção de itens voltados para atendimento à demanda interna em atividades produtivas e consumo final;

A atividade Extrativa Mineral, que utiliza 15,2% da energia da classe industrial, apresentou crescimento de 28,8%. Todos os ramos da Indústria de Transformação, com exceção de Celulose e Papel e de Fumo, apresentaram expansão de consumo, com destaque para Ferroligas (44,5%), Químico (28,4%), Mecânico (23,3%), Material de Transporte (18,6%), Não Ferrosos (18,2%) e Siderurgia (16,5%).

Apesar desses crescimentos nos segmentos industriais, ocorreu uma redução de 1,43% no volume total de energia vendida na classe industrial em função de consumidores anteriormente cativos que se tornaram livres, somente mantendo o relacionamento comercial com a Cemig D no que se refere ao transporte da energia.

□ **Comercial:**

No Estado de Minas Gerais, os ramos da classe comercial e de serviços mais representativos apresentaram as seguintes taxas de crescimento de consumo no ano de 2010: Comércio Varejista (6,4%), Serviços de Alojamento e Alimentação (1,9%), Comércio Atacadista (9,7%), Serviços de Comunicação (0,2%), Serviços de Saúde

(4,4%) e Serviços de Administração de Bens, Loteamento e Incorporação de Bens Imóveis (13,2%).

□ **Rural:**

Esta classe apresentou crescimento de 11,1% no consumo faturado no ano de 2010 em relação a 2009, relacionado com a ligação de 42.636 novas unidades consumidores e com o aumento da demanda de irrigação em função de baixos índices pluviométricos e de temperaturas acima da média em Minas Gerais durante o ano.

□ **Demais Classes:**

As demais classes – Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio, com 12,8% da energia distribuída, consumiram 2.944 GWh e, em conjunto, cresceram 3,41% no ano de 2010, frente a 2009.

*Receita de uso da rede*

Essa receita refere-se à Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica – TUSD, advinda de transporte cobrado dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes na área de concessão da Companhia, principalmente pela Cemig Geração e Transmissão. Essa receita apresentou um aumento de 37,12% (R\$1.640 milhões em 2010 comparados a R\$1.196 milhões em 2009). Esta variação decorre principalmente do aumento no volume transportado em decorrência da migração de consumidores cativos para consumidores livres e também da maior atividade industrial em 2010 em decorrência da recuperação da atividade econômica.

*Impostos incidentes sobre os valores faturados*

Os impostos incidentes sobre os valores faturados foram de R\$4.148 milhões em 2010 comparados a R\$3.810 milhões em 2009. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$435 milhões no exercício de 2010 comparados a R\$296 milhões no exercício de 2009, representando um aumento de 46,96%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica por meio de resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$341 milhões no exercício de 2010 comparados a R\$344 milhões no exercício de 2009, o que representa uma redução de 0,87%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Desse modo, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

#### Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$6.914 milhões em 2010 comparados a R\$6.022 milhões em 2009, representando um aumento de 14,8%. Este resultado decorre principalmente dos aumentos nos custos com Energia Comprada para Revenda e Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão. Também contribuiu para o aumento das Despesas Operacionais a provisão de R\$178 milhões, decorrente de acordo com Grande Consumidor Industrial conforme comentado a seguir. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais, vide Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras de 2010.

Principais variações:

##### *Energia Elétrica Comprada para Revenda*

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.925 milhões em 2010 comparados a R\$2.483 milhões em 2009, representando um aumento de 17,80%. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras 2010.

##### *Encargos de Uso da Rede de Transmissão*

A Despesa com Encargos de Uso da rede de Transmissão foi de R\$616 milhões em 2010 comparados a R\$553 milhões em 2009, representando um aumento de 11,39%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

##### *Provisões Operacionais*

As Provisões Operacionais foram de R\$209 milhões em 2010 comparados a R\$66 milhões em 2009, um aumento de 218,31%. Esta variação decorre principalmente da celebração de acordo para encerrar Processo Judicial com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86, no valor de R\$178 milhões, provisionado em maio de 2010. Vide a composição das provisões operacionais na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras de 2010.

##### *Pessoal*

A Despesa com Pessoal foi de R\$759 milhões em 2010 comparados a R\$880 milhões em 2009, representando uma redução de 13,75%. Este resultado decorre, substancialmente, da

despesa com o Programa de Desligamento Voluntário implementado em 2009, no montante de R\$158 milhões contra R\$15 milhões em 2010 referente complemento da provisão do ano anterior.

#### *Amortização*

A despesa com Amortização foi de R\$378 milhões em 2010 comparados a R\$357 milhões em 2009, representando um aumento de 5,89%. Esse resultado decorrem do programa de investimentos da Companhia realizado no ano de 2010 com a entrada em operação de novos ativos de distribuição.

#### *Serviços de terceiros*

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$642 milhões em 2010 comparados a R\$523 milhões em 2009, representando um aumento de 22,75%, com as principais variações nos gastos com mão de obra contratada e instalações de equipamentos elétricos em função da maior atividade de operação e manutenção preventiva no ano na comparação com o ano anterior, e também nos gastos com arrecadação e leitura.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

Considerando as receitas e despesas apresentadas acima, o LAJIDA da Cemig Distribuição em 2010 apresentou uma redução de 28,10% na comparação com 2009. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresenta uma redução de 23,51%.

<b>LAJIDA - R\$ milhões</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>Var %</b>
Lucro Líquido	441	776	(43,17)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	134	417	(67,87)
+ Resultado Financeiro	224	87	(157,47)
+ Amortização	378	357	5,88
<b>= LAJIDA</b>	<b>1.177</b>	<b>1.637</b>	<b>(28,10)</b>
Itens não recorrentes:			
+ Acordo Rima Industrial S.A.	178	-	-
+ Programa de Desligamento Voluntário – PDV/PPD	15	154	(90,26)
<b>= LAJIDA AJUSTADO</b>	<b>1.370</b>	<b>1.791</b>	<b>(23,51)</b>

A redução do LAJIDA em 2010, em comparação ao mesmo período de 2009, deve-se ao aumento de 13,69% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização, em comparação ao aumento de 3,48% na Receita Operacional Líquida. Conseqüentemente, a margem do LAJIDA reduziu de 24,45% em 2009 para 16,99% em 2010.

Os principais efeitos não recorrentes que impactaram no LAJIDA são como segue:

- Reconhecimento de uma Despesa, no montante de R\$178 milhões, decorrente de acordo referente à ação ajuizada por consumidor industrial relativa ao

ressarcimento do aumento de tarifa introduzido pelo DNAEE durante o Plano Cruzado.

- Registro de provisão em 2010 e 2009 nos valores de R\$15 milhões e R\$158 milhões, respectivamente, referente ao Programa de Desligamento Voluntário implementado pela Companhia. O valor registrado em 2010 refere-se a complemento da provisão registrada em 2009.

#### Receitas (Despesas) Financeiras

O Resultado Financeiro em 2010 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$224 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$87 milhões em 2009. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento na despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional, R\$60 milhões em 2010, comparados a R\$15 milhões em 2009. Este aumento decorre principalmente da variação do IGP-M, indexador de alguns contratos, que passou de uma variação negativa de 1,71% em 2009 para uma variação positiva de 11,32% em 2010;
- Aumento de 49,7% em outras despesas financeiras, que foi de R\$56.017 em 2010, contra R\$37.410 em 2009. Este aumento decorre, principalmente, de multas emitidas pelo Órgão regulador decorrentes de obrigações regulamentares relativas aos níveis de qualidade dos serviços e do fornecimento de energia elétrica em períodos anteriores.

Vide a composição das receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras de 2010.

#### Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou em 2010 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$134 milhões em relação ao lucro de R\$575 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 23,30%. Em 2009, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$417 milhões em relação ao lucro de R\$1.193 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 34,95%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 7 das Demonstrações Financeiras de 2010.

#### **b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Em conformidade ao marco regulatório do setor elétrico, a parcela dos custos gerenciáveis da Companhia (parcela B) é reajustada anualmente com base na variação do IGP-M, sendo que os custos não gerenciáveis (parcela A) são repassados para a tarifa em conformidade as estimativas de gastos da Cemig D, estabelecidas pela ANEEL.

**c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010.

Reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011.

No que se refere ao resultado financeiro, o principal impacto decorre da variação do CDI, tendo em vista que 40,00% da dívida é vinculada a variação desse indicador.

**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a . introdução ou alienação de segmento operacional**

Não ocorreram nos três últimos exercícios.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não ocorreram nos três últimos exercícios.

**c. eventos ou operações não usuais:**

Não ocorreram.

**10.4 Os diretores devem comentar:**

**a. mudanças significativas nas práticas contábeis:**

Não ocorreram alterações nas práticas contábeis em 2011.

As primeiras Demonstrações Contábeis da Companhia preparadas de acordo com as IFRS foram em 2010.

As políticas contábeis foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura em IFRS para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição da Companhia).

Na preparação de sua demonstração de posição financeira de abertura em IFRS, a Companhia ajustou valores anteriormente apresentados em Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotada. Uma explicação de como a transição da prática contábil anteriormente adotada para IFRS afetou a posição financeira e o desempenho financeiro da Companhia.

## Principais impactos e alterações nas demonstrações contábeis em função da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC e as normas IFRS

Os principais efeitos nas Demonstrações Contábeis da Companhia em função da adoção em 2010 dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis de n°s 15 a 43, das Interpretações Técnicas de n°s 1 a 16 e das orientações técnicas de n° de 3 a 5 além das normas IFRS estão descritos a seguir:

Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) e Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão

Esta Interpretação especifica condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance:

o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço;

o concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Quando da análise dos contratos de concessão da Companhia, constatou-se que as condições acima mencionadas se aplicam para os contratos de distribuição da Companhia.

De acordo com a Interpretação, quando um concessionário é remunerado pelos usuários dos serviços públicos, em decorrência da obtenção do direito de cobrá-los a um determinado preço e período pactuado com o Poder Concedente, o valor despendido pelo concessionário na aquisição desse direito é reconhecido no Ativo Intangível.

Por outro lado, quando o responsável pela remuneração dos investimentos feitos pelo concessionário for o Poder Concedente e o contrato estabelecer que há o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro, independentemente do uso efetivo da infraestrutura (demanda) ao longo do prazo de concessão, é necessário o reconhecimento do Ativo Financeiro.

Considerando as características das concessões de distribuição da Companhia foi utilizado na adoção inicial o modelo bifurcado, com o desmembramento da infraestrutura de concessão entre Ativo Intangível e Ativo Financeiro.

Aplicação na atividade de distribuição:

Na atividade de distribuição a infraestrutura recebida ou construída é recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) parte por meio do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Dessa forma, a Companhia mensurou o valor dos ativos, anteriormente registrados no Imobilizado, que não estarão integralmente amortizados até o final da concessão, registrando esse valor como um Ativo Financeiro da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente. A diferença entre o valor anteriormente registrado no Imobilizado e o Ativo Financeiro da Concessão constituído foi transferida para o Ativo Intangível. Ou seja, os valores registrados no Intangível serão aqueles a serem amortizados até o final da concessão, de acordo com a estimativa de vida útil dos ativos estabelecida pela ANEEL.

Na Cemig Distribuição, apesar da existência de cláusula de renovação nos atuais contratos de concessão da Companhia por mais 20 anos, essa renovação não foi considerada para fins de bifurcação dos ativos, sendo utilizada a data de vencimento do atual contrato, em fevereiro de 2016.

Os valores registrados no Ativo Intangível serão amortizados em conformidade com a vida útil dos ativos, utilizando-se como base a estimativa elaborada pela ANEEL.

Conforme definido pela Interpretação, considerando que as empresas de distribuição atuam essencialmente como responsáveis primárias em relação aos serviços de construção e instalação, é necessário o reconhecimento de receita e despesa de construção relacionadas a esses serviços.

Tendo em vista o modelo regulatório brasileiro, onde as empresas distribuidoras têm a sua remuneração baseada na operação e manutenção dos ativos e a construção de novas instalações é essencialmente terceirizada, entendemos que a margem de lucro nessa atividade de construção é imaterial, motivo pelo qual consideramos como nula para fins de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Para as contribuições do consumidor, registradas como obrigações especiais, foram adotados os seguintes procedimentos:

o saldo inicial de obrigações especiais registrado na data de transição a ser amortizado até o vencimento da concessão. Caso seja estimado saldo remanescente, este deve ser classificado como Ativo Financeiro, em conta redutora;

a parcela do saldo inicial que deve ser amortizado entre a data da transição da norma contábil e o vencimento da concessão deve ser classificada como Ativo Intangível, em conta redutora.

Em função do critério utilizado de realizar a bifurcação dos ativos entre Financeiro e Intangível tendo como base os valores contábeis então constantes do Imobilizado, a alteração mencionada não alterou o Patrimônio Líquido da Companhia em 1º de janeiro de 2009.

b) Pronunciamento CPC 20 (IAS 23) - Encargos Capitalizados

A Companhia reavaliou os critérios para capitalização dos custos de empréstimos que são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, sendo estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos dos empréstimos que estão em vigência e que não estão vinculados diretamente a um ativo qualificável.

Esse procedimento implicou na transferência de custos para as obras em montantes superiores aos apurados de acordo com a prática contábil anterior, quando eram transferidos apenas os custos dos empréstimos e financiamentos que eram diretamente vinculados às obras, e os custos dos demais empréstimos e financiamentos eram integralmente registrados no resultado.

c) Pronunciamento CPC 27 (IAS 16) e ICPC 01 (IFRIC 12) – Rateio da Taxa de Administração

Até o exercício de 2009, a legislação do setor elétrico determinava que poderia ser apropriado mensalmente ao custo do imobilizado em curso até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados, por meio de critério de rateio.

Esse procedimento está em desacordo com os novos pronunciamentos contábeis, sendo que a Companhia realizou o estorno desses valores que haviam sido incluídos no custo dos seus ativos em 2009 no montante de R\$27.576.

d) Pronunciamento CPC 33 (IAS 19) - Obrigações Pós-Emprego

A Companhia registra, desde o exercício de 2000, os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego.

Apesar do Pronunciamento CPC 33 não apresentar alterações significativas no cálculo atuarial das obrigações pós-emprego em relação aos critérios anteriores, é exigido que na adoção do pronunciamento sejam registradas as perdas atuariais acumuladas ainda não reconhecidas de períodos anteriores no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009 e que se encontravam somente divulgadas em nota explicativa.

Dessa forma, a Companhia registrou uma obrigação adicional no valor de R\$460.556 em contrapartida ao Patrimônio Líquido, referente as perdas atuariais ainda não reconhecidas em 1º de janeiro de 2009.

Adicionalmente, e exclusivamente para as obrigações pós-emprego com aposentadoria, tendo em vista que a Companhia tem uma dívida pactuada com o Fundo de Pensão para a amortização de obrigações atuariais e que essa dívida é superior a obrigação definida pelo atuário em conformidade ao CPC 33, foi feito um registro adicional no passivo para que a obrigação registrada reflita exatamente a obrigação com o fundo de pensão, no montante de R\$460.556. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 15.

Dessa forma, tendo em vista que para as obrigações pós-emprego com aposentadoria o valor registrado no passivo corresponde à dívida, a atualização

monetária e os juros incidentes sobre essa dívida estão registrados na despesa financeira. Para as demais obrigações pós-emprego com plano de saúde, odontológico e seguro de vida, as despesas são registradas como operacionais.

e) Ativos e passivos regulatórios – Estrutura Conceitual (Framework)

A definição se os ativos e passivos regulatórios estariam dentro da estrutura conceitual das normas internacionais vem sendo discutida pelo International Accounting Standards Board – IASB desde 2005.

Em função destas discussões, uma minuta de pronunciamento relacionada aos procedimentos a serem adotados para o registro de ativos e passivos regulatórios nas empresas reguladas foi emitido pelo IASB em 2009 para análise e recebimento de contribuições. Em 2010, o IASB decidiu postergar a conclusão do projeto para 2011.

Portanto, para o exercício de 2010, não existe nenhuma norma específica em vigor que permita o reconhecimento destes ativos e passivos regulatórios.

Dessa forma, a Companhia realizou a baixa dos ativos e passivos regulatórios de suas Demonstrações Contábeis, estando apresentados na nota explicativa nº 21 os principais saldos dos itens regulatórios que não foram registrados nas Demonstrações Contábeis da Companhia na data de 1º de janeiro de 2009.

g) Impostos incidentes sobre os ajustes de adoção das novas normas contábeis

Em decorrência dos ajustes mencionados anteriormente nesta nota relacionados à adoção das novas normas contábeis, a Companhia efetuou o registro dos impostos incidentes sobre esses ajustes conforme demonstrado a seguir na conciliação dos balanços patrimoniais e na demonstração de resultado.

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:**

Nenhuma ressalva ou ênfase constou no parecer dos auditores independentes nos últimos exercícios.

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Nota **Erro! Fonte de referência não encontrada.** – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;

Nota **Erro! Fonte de referência não encontrada.**– Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos;

Nota **Erro! Fonte de referência não encontrada.** – Obrigações Pós-Emprego;

Nota **Erro! Fonte de referência não encontrada.** – Provisões;

Nota **Erro! Fonte de referência não encontrada.** – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica;

Nota **Erro! Fonte de referência não encontrada.** – Amortização; e

Nota **Erro! Fonte de referência não encontrada.** – Mensuração de Instrumentos Financeiros e Instrumentos Financeiros Derivativos.

#### **10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

##### **a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Diretoria Executiva, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Os controles internos para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis incluem procedimentos que foram implementados para prover, com razoável certeza: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com autorizações da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou destinação de ativos materiais. Enfatizamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências.

Adicionalmente, projeções relativas à avaliação de efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles deixem de funcionar devido a mudanças nas condições em que operam ou deixem de estar em conformidade com políticas e procedimentos.

A administração avaliou a efetividade dos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis em 31 de dezembro de 2011, com base nos critérios estabelecidos no documento Integrated Internal Control Framework, emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2011, o sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis é efetivo.

##### **b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Não foram reportadas deficiências de controles internos que possam comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras.

#### **10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

##### **a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Cemig D possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir, em milhares de Reais:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	626.000	1.309.315	826.869	227.777	215.811	204.386	101.064	3.511.222
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	742.317	750.683	605.620	629.081	603.223	623.061	27.310.502	31.264.487
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	74.595	78.663	63.228	66.386	66.212	68.961	1.889.922	2.307.967
Compra de Energia - Leilão	2.259.814	2.119.471	1.889.298	2.313.910	2.439.899	2.813.570	76.478.447	90.314.409
Outros contratos de Compra de Energia	285.105	288.406	301.550	302.527	263.000	268.328	1.934.818	3.643.734
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	53.687	35.168	37.278	39.515	41.886	44.399	361.170	613.103
<b>Total</b>	<b>4.041.518</b>	<b>4.581.706</b>	<b>3.723.843</b>	<b>3.579.196</b>	<b>3.630.031</b>	<b>4.022.705</b>	<b>108.075.923</b>	<b>131.654.922</b>

#### **b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

- Despesas futuras com compra de energia

**10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b) natureza e o propósito da operação**
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.8, ainda não registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia. Nestes casos, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro operacional em função dessas operações.

**10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

- a. investimentos, incluindo:**
  - i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**
  - ii. fontes de financiamento dos investimentos**
  - iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

- i. Nos próximos 3 anos, a Companhia cerca de R\$2,8 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

Valores em R\$ milhões

<b>Atividade</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Total</b>
<b>Programa Básico (1)</b>	<b>1.935,4</b>	<b>731,5</b>	<b>153,0</b>	<b>2.819,9</b>
<b>Luz para Todos (2)</b>	<b>27,6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>27,6</b>
<b>Total Geral (1) (2) (3) (4)</b>	<b>1.963,0</b>	<b>731,5</b>	<b>153,0</b>	<b>2.847,5</b>

- (1) Valores estimados em moeda de junho/2012, contemplando os investimentos básicos para manter as rotinas da Cemig D. Tais investimentos incluem itens como: reformas físicas em ativos existentes; expansão do atendimento a clientes; reforços e operação de sistemas elétricos; segurança de pessoas e instalações; meio ambiente; infraestrutura de apoio abrangendo instalações prediais, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, segurança patrimonial e industrial, telecomunicações, sistemas de informática, microinformática e veículos.
- (2) Do investimento, estima-se que R\$ 50 milhões sejam realizados com recursos a fundo perdido da União e do Estado de Minas Gerais nos períodos anuais de 2013.
- (3) A informação constante na tabela acima reflete as atuais expectativas da CEMIG. A Empresa não tem como assegurar que seu plano de investimentos será implementado conforme acima descrito, podendo sofrer mudanças ao longo de sua implementação.
- (4) A informação constante na tabela acima não inclui os desembolsos com pesquisa e desenvolvimento (tratados na resposta da alínea c adiante) e com eficiência energética exigidos das empresas do setor elétrico, cujos recursos, cobrados na tarifa, são administrados em programas administrados à parte pelas empresas. As projeções para o programa de eficiência energética estão abaixo apresentadas:

Valores em R\$ milhões - moeda corrente

<b>Empresas</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Total</b>
Cemig Distribuição/PEE	80,1	100,0	180,8
Total	80,1	100,0	180,8

Os valores acima relativos a 2012 são projeções que podem não se confirmar.  
PEE = Programa de Eficiência Energética do setor elétrico.

- ii. A Empresa espera realizar os investimentos acima descritos por meio de recursos próprios, recursos da Eletrobrás e do Estado de Minas Gerais, bem como da emissão de títulos e valores mobiliários ou de empréstimos bancários para rolagem de dívida ou garantidos por duplicatas de venda mercantil.
- iii. Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

- b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A companhia não possui nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capaz de influenciar materialmente sua capacidade produtiva.

**c. Novos produtos e serviços, indicando:**

- i. **descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
- ii. **montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
- iii. **projetos em desenvolvimento já divulgados**
- iv. **montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

**i - descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

*Tecnologia e Inovação*

*A Cemig conta com inúmeras parcerias com instituições de pesquisa, a fim de permitir que a Empresa tenha participação ativa no processo de desenvolvimento de tecnologia no campo da sua área de atividade – geração, transmissão e distribuição de energia.*

*Por meio do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Cemig, são geradas novas metodologias, processos, softwares, materiais, dispositivos e equipamentos voltados para melhorias do sistema elétrico e do processo operativo, além do aumento da segurança pessoal e patrimonial. O P&D é composto por uma gama de projetos em 12 diferentes temas de pesquisa.*

*Anualmente são divulgadas as demandas da Empresa para a captação de propostas que serão avaliadas pelo corpo técnico da Cemig através dos chamados Fóruns Tecnológicos. Essas propostas são transformadas em projetos desenvolvidos por meio de uma extensa rede de parceiros, gerando desde protótipos de tecnologias de ponta até o licenciamento de produtos com potencial mercadológico.*

**ii - montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

*Nas tabelas a seguir, são mostrados os valores investidos e previstos em P&D na Cemig em 2010, 2011, 2012 e 2013:*

*Valores realizados até 31/12/2011 - em R\$ milhões*

<b>Empresas</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Total</b>
<i>Cemig Distribuição</i>	<i>15,0</i>	<i>38,0</i>	<i>53,0</i>

*Valores previstos até o final de 2013 - R\$ milhões*

<b>Empresas</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>Total</b>
<i>Cemig Distribuição</i>	<i>45,0</i>	<i>26,0</i>	<i>71,0</i>

**iii - projetos em desenvolvimento já divulgados**

*Pesquisa e Desenvolvimento – P&D*

*Projetos 2011*

*Dentre os projetos da carteira de 2011, podemos destacar:*

1- D450 - DE – Desenvolvimento de estratégias de tomadas de decisão na Distribuição.

Ano1 = 5.890.776                      Total = 14.043.830

Fonte: XML enviado para a Aneel

2 -D712 - SUPERCABO - Desenvolvimento de Tecnologia de Cabos Supercondutores de Alta Temperatura para Sistemas Elétricos de Potência Ano 1 = 6.106.725      Total = 13.685.138

Fonte: Termo de abertura de projeto

*Além desses projetos, a Cemig tem investido em projetos de uso racional da energia e smart-grids.*

*Outra linha de investimento são os projetos de melhoria de eficiência operacional, sustentabilidade ambiental e melhoria do atendimento a clientes.*

#### **iv - montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

*Os montantes totais gastos estão contemplados no item ii.*

#### **10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Todos os fatores do exercício de 2011 e 2010 que impactaram de forma relevante o desempenho operacional da Companhia foram comentados e identificados nos itens anteriores desta seção.

## **Anexo 3**

# **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Cemig Distribuição S.A  
Belo Horizonte – MG

Examinamos as demonstrações contábeis da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

## **Outros assuntos**

### ***Demonstrações do valor adicionado***

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte 26 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira  
Contador CRCMG058176/O-0

## **Anexo 4**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2011, e respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e de seus auditores independentes (KPMG Auditores Independentes), opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos na Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 27-04-2012.

Belo Horizonte, 15 de março de 2012.

aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond  
Luiz Guaritá Neto  
Thales de Souza Ramos Filho  
Vicente de Paulo Barros Pegoraro  
Rafael Cardoso Cordeiro

## Anexo 5

**Formulário de Referência: Itens 12.6 a 12.10 – Informações dos candidatos a membros do Conselho Fiscal da Cemig D indicados pelo acionista controlador.**

### **12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Aliomar Silva Lima

**Idade:** 58 anos

**Profissão:** economista

**CPF:** 131654456-72

**Data nascimento:** 07-10-1953

**Cargo eletivo:** Membro Suplente

**Data da Assembleia convocada para eleição:** 27-04-2012

**Data prevista da posse:** 27-04-2012

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a. currículo, contendo as seguintes informações:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

**nome da empresa**

**cargo e funções inerentes ao cargo**

**atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor**

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A., Companhia de Gás de Minas Gerais-GASMIG, Cemig Telecomunicações S.A.-CemigTelecom e Redentor Energia S.A.

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas**

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A., Cemig Telecomunicações S.A.-CemigTelecom e Redentor Energia S.A.

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

**não**

**sim** - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig D**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

## **12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Ari Barcelos da Silva

**Idade:** 70 anos

**Profissão:** administrador de empresas

**CPF:** 006124137-72

**Data nascimento:** 03-03-1942

**Cargo eletivo:** Membro Suplente

**Data da Assembleia convocada para eleição:** 27-04-2012

**Data prevista da posse:** 27-04-2012

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a. currículo, contendo as seguintes informações:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

**nome da empresa**

**cargo e funções inerentes ao cargo**

**atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor**

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A..

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas**

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A..

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

**não**

**sim** - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

**não**

**sim** - Se sim, descrever:

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

**não**

*sim* - *Se sim, descrever:*

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig D**

*X não*

*sim* - *Se sim, descrever a relação:*

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D**

*X não*

*sim* - *Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:*

**c) administrador(es) da Cemig**

*X não*

*sim* - *Se sim, descrever:*

**12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;**

*X não*

*sim* - *Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):*

**b. com a Cemig;**

*X não*

*sim* - *Se sim, descrever a relação:*

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

*X não*

*sim* - *Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):*

## **12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond

**Idade:** 67 anos

**Profissão:** Jornalista

**CPF:** 026939257-20

**Data nascimento:** 22-11-1944

**Cargo eletivo:** Presidente

**Data da Assembleia convocada para eleição:** 27-04-2012

**Data prevista da posse:** 27-04-2012

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a. currículo, contendo as seguintes informações:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

**nome da empresa**

**cargo e funções inerentes ao cargo**

**atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor**

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 1995, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

Membro do Conselho Fiscal da Light S.A. desde 2006.

Desde 1973 titular da empresa Irad Assessoria e Consultoria Ltda., nas áreas da administração e da comunicação social, com ênfase para a coordenação de verbas de publicidade, promoção e marketing para grandes empresas.

Escreve na revista FOCO, e colaborador do Caderno do Jornal do Brasil e Jornal Diário do Comércio - SP, é comentarista da TV Rede Vida com três Programas Semanais.

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas**

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 1995, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A..

Membro do Conselho Fiscal da Light S.A.

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

**não**

**sim** - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig D**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

## **12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Helton da Silva Soares

**Idade:** 35 anos

**Profissão:** contador

**CPF:** 000185326-08

**Data nascimento:** 25-02-1977

**Cargo eletivo:** Membro Efetivo

**Data da Assembleia convocada para eleição:** 27-04-2012

**Data prevista da posse:** 27-04-2012

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a. currículo, contendo as seguintes informações:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

**nome da empresa**

**cargo e funções inerentes ao cargo**

**atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor**

Executivo da Construtora Andrade Gutierrez S.A. desde julho de 1998, atua como membro do Conselho Fiscal da Madeira Energia S.A. e membro suplente do Conselho Fiscal da CONTAX Participações S.A..

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas**

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

**não**

**sim** - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

**não**

**sim** - Se sim, descrever:

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

X não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig D**

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

X não

sim - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

## **12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Luiz Guaritá Neto

**Idade:** 57 anos

**Profissão:** engenheiro e empresário

**CPF:** 289118816-00

**Data nascimento:** 21-04-1955

**Cargo eletivo:** Membro Efetivo

**Data da Assembleia convocada para eleição:** 27-04-2012

**Data prevista da posse:** 27-04-2012

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a. currículo, contendo as seguintes informações:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

**nome da empresa**

**cargo e funções inerentes ao cargo**

**atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor**

É vice-presidente da Associação dos Municípios – ABM e Presidente da Associação Macroregional dos Municípios do Sul do Triângulo Mineiro – AMTRIM. É membro do Conselho Estadual de Habitação. Primeiro Suplente Senador Dr. Eduardo Brandão de Azeredo / Mandato: 01/01/2003 a 31/12/2010 Desde 2003 é membro do Conselho Fiscal da CEMIG, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

Membro do Conselho Administrativo do Shopping Center Uberaba, desde 2009

Sócio Diretor da Construtora RCG Ltda., desde 2000

Sócio Diretor da Cat's Hotelaria e Empreendimentos Ltda., desde 1986

Sócio Diretor da Guaritá e Guaritá Participações Ltda., desde 2006

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas**

Membro do Conselho Fiscal da CEMIG, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

não

sim - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig D**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

## **12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Marcus Eolo de Lamounier Bicalho

**Idade:** 70 anos

**Profissão:** economista

**CPF:** 001909696-87

**Data nascimento:** 16-09-1941

**Cargo eletivo:** Membro Suplente

**Data da Assembleia convocada para eleição:** 27-04-2012

**Data prevista da posse:** 27-04-2012

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a. currículo, contendo as seguintes informações:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

**nome da empresa**

**cargo e funções inerentes ao cargo**

**atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor**

Foi Chefe de Gabinete da Secretaria de Transporte e Obras Públicas de março/2007 até janeiro/2011. Desde abril/ 2011: Assessor da Presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., empresa pública voltada para o financiamento e fomento da economia do Estado de Minas Gerais. É membro do Conselho Fiscal da Cemig, desde 2003; e da Cemig D e Cemig GT, desde 2004.

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas**

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig D e Cemig GT.

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

**não**

**sim** - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig D**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

## **12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Newton de Moura

**Idade:** 70 anos

**Profissão:** bancário e economiário

**CPF:** 010559846-15

**Data nascimento:** 21-03-1941

**Cargo eletivo:** Membro Suplente

**Data da Assembleia convocada para eleição:** 27-04-2012

**Data prevista da posse:** 27-04-2012

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não ocupa outro cargo.

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a. currículo, contendo as seguintes informações:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

**nome da empresa**

**cargo e funções inerentes ao cargo**

**atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor**

O Sr. Newton nasceu em 21/03/1941 em Formiga, MG. Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de Divinópolis – MG. Possui MBA na área de Administração pela UFMG. Foi Gerente do Banco do Brasil em 1996 e Diretor Vice Presidente da Cooperativa Agropecuária de Divinópolis Ltda.

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas**

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

X não

sim - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

X não

sim - Se sim, descrever:

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

X não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig D**

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

X não

sim - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

## **12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Rafael Cardoso Cordeiro

**Idade:** 31 anos

**Profissão:** engenheiro civil

**CPF:** 037496966-32

**Data nascimento:** 13-09-1980

**Cargo eletivo:** Membro Suplente

**Data da Assembleia convocada para eleição:** 27-04-2012

**Data prevista da posse:** 27-04-2012

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a. currículo, contendo as seguintes informações:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

**nome da empresa**

**cargo e funções inerentes ao cargo**

**atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor**

A partir de 2005, na Andrade Gutierrez Concessões, passou a atuar no departamento financeiro, nas áreas de tesouraria, operações financeiras estruturadas, relações com instituições financeiras, mercado de capitais, relação com investidores e análise econômico-financeira de novos projetos.

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas**

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

**não**

**sim** - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

**não**

**sim** - Se sim, descrever:

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

X não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig D**

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

X não

sim - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

## **12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Thales de Souza Ramos Filho

**Idade:** 72 anos

**Profissão:** médico

**CPF:** 003734436-68

**Data nascimento:** 22-03-1940

**Cargo eletivo:** Membro Efetivo

**Data da Assembleia convocada para eleição:** 27-04-2012

**Data prevista da posse:** 27-04-2012

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não ocupa outro cargo.

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a. currículo, contendo as seguintes informações:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

**nome da empresa**

**cargo e funções inerentes ao cargo**

**atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor**

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, desde 2003; e, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 2004.

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas**

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

**não**

**sim** - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

**não**

**sim** - Se sim, descrever:

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

X não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig D**

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

X não

sim - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

## **12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:**

**Nome:** Vicente de Paulo Barros Pegoraro

**Idade:** 67 anos

**Profissão:** pensionista

**CPF:** 004826419-91

**Data nascimento:** 05-08-1944

**Cargo eletivo:** Membro Efetivo

**Data da Assembleia convocada para eleição:** 27-04-2012

**Data prevista da posse:** 27-04-2012

**Prazo do mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

**Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não ocupa outro cargo.

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a. currículo, contendo as seguintes informações:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

**nome da empresa**

**cargo e funções inerentes ao cargo**

**atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor**

O Sr. Vicente nasceu em 05-08-1944 em Três Pontas, MG. Graduado em Administração e Ciências Contábeis pela UNB e Direito pela Universidade Federal do Paraná. Foi Conselheiro Fiscal do Banco do Brasil, de 2001 a 2003 e Conselheiro Fiscal/membro do Comitê de Auditoria da TIM Participações S.A. em 2006.

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 29-04-2009.

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas**

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal;**

X não

sim - Se sim, descrever:

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

X não

sim - Se sim, descrever:

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

X não

sim - Se sim, descrever:

**12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

**a) outro(s) administrador(es) da Cemig D**

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

**b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

**c) administrador(es) da Cemig**

X não

sim - Se sim, descrever:

**12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:**

**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

**b. com a Cemig;**

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

**c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):